



INTERVENÇÃO DO MINISTRO DAS FINANÇAS, MÁRIO CENTENO

Audição Regimental

COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E MODERNIZAÇÃO
ADMINISTRATIVA

26 DE JUNHO DE 2019

Senhora Presidente, senhoras e senhores Deputados,

Chegamos hoje à última audição regimental desta legislatura.

Ao longo de quase quatro anos, estive neste Parlamento mais de 73 vezes. Tive a honra e o privilégio de debater com as senhoras e os senhores deputados desta Comissão a política económica e financeira do Governo na qualidade de Ministro da Finanças de Portugal.



Foi precisamente isso que referi nesta Comissão em fevereiro de 2016 aquando da apresentação do Orçamento do Estado para esse ano, disse então: *a Assembleia da República, em particular através da Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa, desempenha um papel crucial na apreciação da ação governativa, especialmente no que concerne às Finanças Públicas, designadamente ao processo orçamental* [COFMA 10-02-2016].

É com orgulho que penso que posso afirmar hoje que todos cumprimos o nosso mandato. Debatemos e discutimos todas as nossas opiniões, posições e divergências de forma séria, entusiasmada tantas vezes, mas sempre leal e justa.

Dirijo, também por isso, um especial cumprimento e o meu agradecimento à Senhora Presidente, a deputada Teresa Leal Coelho.



Ninguém vai esquecer as longas horas de trabalho desta Comissão, incluindo as muitas “castanholas” das declarações de voto que aqui assistimos.

Pouco mais de um ano após o fim do Programa de Assistência Económica e Financeira, o XXI Governo Constitucional iniciou o seu mandato.

O país exigia que virássemos a página da austeridade e foi isso que com determinação fizemos.

Fizemo-lo assumindo escolhas claras. Dissemos então:

Virar a página da austeridade não significa governar sem rigor e sem exigência, fora de um quadro de restrições. Significa, pelo contrário, ter a noção exata dos problemas com que o país se confronta e das suas causas, mas ter a coragem e a determinação de fazer escolhas para os resolver. A austeridade,



tal como apregoada pelo anterior Governo, correspondia, no essencial, a um aumento cego de impostos, de dimensão autodenominada de «colossal» [COFMA 10-02-2016].

Agora, próximo do fim da legislatura — a legislatura que muitos vaticinavam não chegar ao fim —, podemos afirmar que o Governo cumpriu os objetivos a que se propôs, e cumpriu as metas orçamentais. Fê-lo, porque as previsões económicas em que estas assentaram eram rigorosas. As nossas contas estavam, mesmo, aritmeticamente certas.

Assim, esta legislatura foi única. Porque não só o Programa Eleitoral de 2015 era muito claro relativamente às medidas que nos propúnhamos adotar, como foi possível implementá-las. Todas.

Sim, cumprimos.



Face aos dados que colocamos no Programa do Governo temos MAIS emprego, investimento, exportações e PIB. Temos MENOS desemprego e juros a pagar. E temos exatamente o mesmo excedente primário e o mesmo rácio da dívida em percentagem do PIB que prevemos no Programa de Governo. Nunca antes tantas contas bateram certo.

Dez trimestres depois de o atual Governo iniciar funções, as contas públicas registaram um excedente de 0,4% do PIB no primeiro trimestre de 2019. Isto é o contrário das previsões que ouvimos fazer durante meses a fio. E, ao contrário das anteriores legislaturas, o ajustamento das contas públicas continua sim, mesmo em ano eleitoral.

É a primeira vez que as contas públicas apresentam um excedente no primeiro trimestre no ano. Para este resultado contribuiu um aumento de 6,2% da receita total,



onde se inclui um aumento de 5,1% de receita fiscal, associado à dinâmica positiva da economia e sobretudo do emprego, e um aumento de 2,6% da despesa total.

Senhora Presidente, senhoras e senhores deputados,

Logo em 2016, identificámos um conjunto de constrangimentos a ultrapassar. Disse aqui, no início desse ano, que *“são vários os desafios com que Portugal se confronta. Temos de corrigir desequilíbrios, relançar o crescimento e recuperar o emprego. Cabe ao Governo, em parte através da política orçamental, garantir as condições para que esses objetivos se concretizem”* [COFMA 10-02-2016].

Foi precisamente isso que conseguimos. Foi precisamente isso que os portugueses ganharam.



Desde logo no mundo do trabalho, que teve uma melhoria extraordinária desde 2016.

O emprego aumentou 9% desde 2015, são mais 370 mil portugueses com emprego.

Numa economia saudável, em que não há emigração decretada, o espelho do emprego é o desemprego.

Nos últimos três anos, a taxa de desemprego caiu de 12,4% para 6,8%, o seu valor mais baixo desde 2002, e inferior à registada na área do euro. O desemprego registado nos Centros de Emprego está mesmo ao seu nível mais baixo desde 1991.

Os salários aumentaram em Portugal e as famílias portuguesas receberam em 2018 mais 8,1 mil milhões de euros do que em 2015. Um aumento de 20% no valor das



remunerações pagas, seja por efeito do emprego (mais 13%) seja por efeito do salário médio (mais 7%).

Esta é também uma legislatura marcada pela redução dos impostos para as famílias e para as empresas.

As famílias portuguesas pagam hoje menos 1.000 milhões de euros em IRS do que pagariam com as regras que estavam em vigor em 2015: um casal com um dependente e com um rendimento por titular de 1.000 euros por mês paga menos 500 euros por ano em IRS; o mínimo de existência sofreu uma atualização significativa nesta legislatura: passou de 8.500 euros para 9.150 euros; os trabalhadores a recibo verde passaram também a estar abrangidos pelo mínimo de existência, o que não acontecia até aqui; as famílias com estudantes deslocados passaram a poder deduzir o encargo com as rendas nas despesas em educação.



As empresas deixaram de estar obrigadas ao Pagamento Especial por Conta; as empresas importadoras passaram a beneficiar do IVA Alfandegário com um ganho enorme de liquidez; as PME viram reforçada a dedução em IRC pelo reinvestimento de lucros; as empresas viram reforçados os incentivos fiscais à promoção do investimento e à sua capitalização; o setor da restauração viu reposta a taxa intermédia de IVA; o transporte rodoviário pesado de mercadorias passou a beneficiar do chamado “gasóleo profissional”.

Estes são os factos. Podem dar as voltas que entenderem e tentar iludir com discurso aquilo que é a realidade. Mas se há coisa que devemos todos aprender também com esta legislatura é que não pode haver discurso sem que o mesmo tenha adesão aos números certos. E os números são



objetivos: por cada euro de rendimento os portugueses pagam menos impostos no final desta legislatura.

Os resultados da economia portuguesa só são possíveis porque hoje temos um sistema financeiro capaz de apoiar.

Logo após iniciarmos funções, fomos confrontados com a necessidade imperiosa e urgente de encontrar uma solução para o BANIF.

Logo em 2016 concluímos que, *a nós coube-nos, em apenas três semanas, fazer o melhor possível a partir do que ainda não tinha sido feito* [CPI BANIF 19-06-2016].

Por isso, desde logo considerámos que o caso do BANIF, tal como dissemos na altura, *é apenas mais um exemplo de como a omissão e o não funcionamento das instituições acarretam*



um custo insustentável para a economia e para os contribuintes. Ficarà certamente para a História como uma das suas lições mais caras [CPI BANIF 07-04-2016].

Também no que diz respeito ao banco público, muito foi feito. Mesmo depois de o anterior Governo ter injetado 1.600 ME, a CGD foi mantida subcapitalizada e com um plano de negócios irrealista mas que ninguém questionou. Era necessário dotar a Caixa de capital para que se pudesse modernizar e reestruturar em condições de mercado, regressar aos lucros e remunerar o acionista, que são os contribuintes portugueses, pagando dividendos como aconteceu este ano. Mas era também necessário reforçar a sua credibilidade, recuperando o seu papel essencial no sistema financeiro nacional e consequentemente no financiamento das famílias e das empresas.



Dizemos isto hoje como dissemos em julho de 2016, quando referi aqui que *tudo faremos para que essa posição se reforce. Importa, para isso, que sejamos capazes de tomar as medidas necessárias. Com tranquilidade, com sentido de responsabilidade e sempre sem fugir às responsabilidades* [COFMA

06-07-2016].

Foi exatamente o que fizemos.

Senhora Presidente, senhoras e senhores deputados,

Desde a adesão ao Euro, Portugal esteve sob procedimento por défice excessivo entre 2005 e 2008 e entre 2009 e 2017.

Como tive oportunidade de também aqui referir em 2017, *a decisão de saída de Portugal do Procedimento por Défice Excessivo, um ano após a tão proliferada ameaça de sanções,*



marca uma viragem. Uma viragem que expressa a avaliação da União Europeia de que o défice orçamental excessivo foi corrigido de forma sustentável e duradoura [COFMA 05-07-2017].

Por isso, Portugal vê hoje a sua credibilidade e confiança reforçadas nos mercados financeiros. As principais agências de notação financeira voltaram a colocar os títulos de dívida portuguesa em “grau de investimento”, o que permitiu a redução dos custos do novo financiamento para níveis historicamente baixos.

Hoje pagamos juros mais baixos do que a Itália em todas as maturidades e do que a Espanha nos prazos de 2 e 5 anos. Hoje temos um diferencial de juros com a Alemanha a 10 anos que é menos de metade do que era em 2015.

A redução acentuada da despesa orçamental com juros, permite continuar a melhorar rendimento dos



portugueses, reforçar o investimento nos serviços públicos e representa um ganho que se transmite a toda a economia portuguesa e a todas famílias e empresas nos custos do seu financiamento bancário.

Sim, senhoras e senhores deputados, Portugal virou também a página para o texto da credibilidade e da sustentabilidade.

Uma última nota para os serviços públicos, sobre os quais muito se fala hoje.

Muitos dos que hoje se arrogam da defesa dos serviços públicos são os mesmos que no passado aplicaram cortes transversais nesses mesmos serviços; são os mesmos que colocaram trabalhadores em prateleiras de suposta requalificação, mas na verdade sem qualificação; são os mesmos que colocaram os trabalhadores do setor público



contra os trabalhadores do setor privado; são os mesmos que cortaram a despesa em Educação e Ciência em 17,5% entre 2011 e 2015. Um corte dos diabos!

Nesta legislatura houve um reforço sem precedentes no SNS. Um reforço traduzido em mais recursos e numa melhoria da utilização desses recursos, convertidos num aumento dos cuidados de saúde prestados pelo SNS. Um esforço que é de todos porque todos temos que ser responsáveis por ele e pela utilização que é feita dos recursos afetos aos serviços públicos.

Em dezembro de 2015 existiam no SNS perto de 25.300 médicos. Em maio deste ano, este número subiu para 29.100. Se tomarmos em consideração todos os profissionais em funções no SNS (médicos, enfermeiros, técnicos superiores de saúde, técnicos de diagnóstico e terapêutica, técnicos superiores, assistentes técnicos,



assistentes operacionais, informáticos), no mesmo período, o número de profissionais passou de 119.000 para 130.800. São mais 11.000 profissionais no Serviço Nacional de Saúde em apenas três anos e meio!

Nunca antes houve tantos médicos e enfermeiros no SNS.
Nunca antes houve tantas consultas, cirurgias e tratamentos no SNS.

Senhora Presidente, senhoras e senhores deputados,

Com contas públicas equilibradas, crescimento económico e juros baixos, Portugal pode pela primeira desde que aderiu ao euro olhar para o futuro com confiança:



- Confiança numa reposição sustentada dos rendimentos e numa melhoria sólida das condições de vida;
- Confiança de que, caso a economia europeia abrande, Portugal não entra novamente em PDE, como infelizmente sempre aconteceu no passado, com ameaças de sanções, aumentos de juros e enorme incerteza sobre a economia;
- Confiança de que não vamos estar novamente sujeitos a aumentos colossais de impostos e cortes de salários e pensões e um aumento explosivo do desemprego.

Os portugueses querem que continuemos a dar passos firmes na melhoria das suas condições de vida. Avanços equilibrados e sustentáveis que não voltem a colocar em



causa tudo o que foi conseguido nos últimos quase quatro anos.

Foi, por isso, que executámos o Programa do Governo com responsabilidade e rigor. É isto que os portugueses esperam de todos nós.

Muito obrigado.